

Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos

Gabriel Santos Berute¹

Resumo: A Guerra dos Farrapos há muito tem sido investigada em seus aspectos militares, políticos e econômicos pela historiografia. Todavia, as questões mais específicas do comércio ainda não receberam a mesma atenção. Assim, na presente comunicação procuro analisar preliminarmente como o funcionamento da atividade mercantil da província foi afetado pelo conflito farroupilha. As fontes utilizadas foram a correspondência do Consulado dos Estados Unidos da América no Rio Grande do Sul e processos judiciais (protestos e assignações de dez dias). Ainda que o período tenha sido de grandes dificuldades para o comércio, a guerra também representou uma possibilidade de bons negócios, uma vez que era necessário abastecer tanto as tropas legalistas quanto os revoltosos farroupilhas.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; comércio; guerra

Introdução:

A bibliografia sobre a Guerra dos Farrapos é bastante volumosa e concentrou-se principalmente em seus aspectos militares e políticos. As questões econômicas relacionadas à guerra também foram analisadas, mas bastante vinculadas às questões políticas. Os problemas específicos do funcionamento do comércio, no entanto, foram abordados de forma secundária. Assim, na presente comunicação apresento os primeiros apontamentos relativos à investigação do funcionamento da atividade mercantil durante o decênio em que a província rio-grandense esteve em conflito com o restante do Império do Brasil.

Tendo em vista que a minha investigação sobre o tema encontra-se em fase inicial, a base documental deste trabalho ainda é reduzida. Utilizo aqui um processo judicial contra o Governo da Província e os despachos dos cônsules estadunidenses estabelecidos no Rio Grande do Sul. De uma forma geral, as fontes disponíveis sobre o tema apresentam-se de forma bastante fragmentária e dispersa. Todavia, estes documentos fornecem valiosos indícios que possibilitam conhecer com maior detalhe o funcionamento do comércio em momentos de conflito e os procedimentos acionados pelos agentes mercantis na realização de seus negócios. Além disso, permitem investigar o posicionamento dos comerciantes em relação ao movimento dos farrapos.

O conflito entre farroupilhas e imperiais, que durou de 1835 a 1845, fez parte dos anos conflituosos que marcaram o período regencial. Embora discutível no tocante as suas causas,

¹ Doutorando do PPG-História/UFRGS - Bolsista CAPES

é possível afirmar que o conflito estava relacionado aos problemas políticos e econômicos enfrentados pelos estancieiros e charqueadores: os baixos preços do produto, as altas taxas de impostos sobre insumos utilizados no fabrico do charque (sal de Cádiz) e a concorrência dos *saladeros* platinos. Politicamente, havia o descontentamento com a centralização política do Império e a falta de autonomia da província e, deste modo, a guerra relacionava-se à definição do projeto de Estado Nacional.

Na sua obra a respeito dos aspectos sócio econômicos da Guerra dos Farrapos, Spencer Leitman confere especial importância ao *fluxo de gado* do Uruguai para o Rio Grande de São Pedro. O corte deste fluxo trouxe dificuldades para o suprimento da demanda pelo charque e diminuiu os lucros dos produtores. Apesar dos interesses políticos do movimento, o autor entende que a principal motivação dos farrapos era a conquista da autonomia econômica da região. As fontes utilizadas por Leitman foram predominantemente de caráter administrativo e legislativo, tais como atas da Assembléia e do Conselho Geral da Província, correspondência do Governo da Província e Avisos do Governo. Fontes sobre a produção e o comércio foram esparsamente utilizadas (informações publicadas sobre a produção e exportação do trigo, mapa de exportação da Vila do Rio Grande)².

Cesar Guazzelli investigou o período da Guerra dos Farrapos sob a perspectiva das intenções hegemônicas do Império do Brasil no Rio da Prata e do processo de formação dos Estados Nacionais nos territórios que pertenceram aos domínios espanhóis na região platina. Deste modo, o autor observou as estreitas relações comerciais e políticas e os acordos privados mantidos entre os rio-grandenses e seus vizinhos. O autor destacou a importância fundamental dos negociantes de Montevideu para a sobrevivência dos sediciosos farroupilhas na luta contra o Império. Estes lhes forneciam os cavalos e petrechos de guerra para seus exércitos, o que viabilizava as condições necessárias para a continuidade do conflito. As fontes utilizadas pelo autor foram basicamente os tratados, as proclamações, leis e medidas administrativas, entre outros documentos, que informavam a respeito das tratativas entre os rebeldes sul-rio-grandenses com seus aliados platinos e as negociações do Império do Brasil com o Estado Oriental e com a Confederação Argentina³.

² LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997 [tese de doutorado].

Sob a perspectiva da ocupação do espaço e das alternâncias do tempo histórico e geográfico, Moacyr Flores, por sua vez, procurou uma aproximação do momento histórico em que a Guerra dos Farrapos ocorreu. Entre as fontes utilizadas pelo autor, destacam-se as descrições deixadas pelos viajantes que visitaram a região e a extensa documentação da Coleção Varela, depositada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Quanto à atividade mercantil durante a “República Rio-grandense”, o autor chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos negociantes na realização de seus negócios: requisições, falta de pagamento, taxas e impostos, além do contrabando. No que diz respeito ao governo rebelde, os problemas estavam relacionados ao acúmulo de avultadas das dívidas, a dificuldade para o recolhimento e para a aplicação da arrecadação e as isenções dadas pelos líderes farroupilhas⁴.

Mais recentemente, Álvaro Klafke analisou o periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, mantido pela Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense no período imediatamente anterior ao início da Guerra dos Farrapos (1832-1834) e de grande importância para a formação do Estado nacional brasileiro. De acordo com o autor, esta sociedade formada pela elite provincial, com destaque para os comerciantes, “pretendia influir nos rumos do desenvolvimento da província e, mais ambiciosamente, do conjunto do Império”. Através das páginas de seu periódico, este grupo de elite elaborou um discurso favorável a integridade do Império e a autoridade do governo monárquico centralizado. Ou seja, uma posição diametralmente oposta aos revoltosos farroupilhas que reivindicavam uma maior autonomia política. Além disso, o autor sustenta que o projeto de Estado nacional centralizado não era apenas uma imposição do centro do Império, mas também respondia a anseios de setores das elites provinciais⁵.

A composição social da Sociedade Promotora apresentava-se bastante heterogênea: criadores, comerciantes e charqueadores. Apesar disso, o grupo mercantil rio-grandense, que era majoritário na referida sociedade, influenciou na posição tendencialmente contrária aos sediciosos farroupilhas. Estes negociantes, muitos de origem portuguesa, participavam do comércio marítimo e mantinham estreitos vínculos e negócios com a praça mercantil do Rio

⁴ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

⁵ KLAFKE, Álvaro Antônio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*, Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado]. Sobre o conflito farroupilha, ver também: VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. 6 vol., Porto Alegre: IHGRS/Governo do Estado, 1933; SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (Coleção Cel. Benício, vol. 24), 1963; DACANAL, José H. (org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001.

de Janeiro e seus agentes e conseqüentemente não os interessava assumir os prejuízos decorrentes de um rompimento com o restante do Império do Brasil⁶.

Apesar deste posicionamento político dos principais homens de negócios da província a favor do Império eles também poderiam comportar-se de forma mais pragmática no que se referia aos seus interesses econômicos. É possível que isso ocorresse de forma mais clara entre os pequenos e médios comerciantes. Como se procura demonstrar abaixo, os agentes mercantis estabelecidos no Rio Grande do Sul não deixaram de fornecer os gêneros necessários a manutenção das tropas farroupilhas. Antes de tratar deste aspecto, destaco inicialmente alguns aspectos mais gerais a respeito das conseqüências do conflito para o funcionamento do comércio da província.

Negócios em tempos de guerra:

A eclosão do conflito farroupilha, em setembro de 1835, deu início a um período de dificuldades e recessão, principalmente para Porto Alegre. O conflito entre imperiais e farroupilhas trouxe problemas como a redução da moeda em circulação e a presença de grande volume de moedas falsas. Os três períodos de cerco farroupilha imposto a Porto Alegre – entre junho de 1836 e dezembro de 1840 –, as tentativas de ocupação e as operações de curso da esquadrilha rebelde foram extremamente prejudiciais para as transações mercantis da capital. Rio Grande, por outro lado, ampliou suas atividades comerciais nos anos de conflito. Durante a guerra, seu porto foi “um ponto habitual de desembarque e acantonamento de tropas, e entreposto natural de todo o comércio da área dominada pelas armas legalistas”. Como um dos resultados do conflito, observou-se que concomitantemente o período de guerra prejudicou o desenvolvimento de Porto Alegre e estimulou e ajudou Rio Grande⁷.

No que se refere às moedas falsas, destaca-se as acusações feitas contra embarcações e cidadãos estadunidenses. Este problema foi bastante agravado durante o período farroupilha, embora já se fizesse presente antes da eclosão da guerra. No dia 20.05.1834, o cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, Austin Hayjes, informa ao seu Secretário de Estado que navios com bandeira de seu país e de propriedade de seus cidadãos eram responsáveis por fazer entrar na província rio-grandense uma grande quantidade de moedas de cobre falsas cunhadas naquele país. O cônsul relatava que apesar dos seus esforços em combater as

⁶ KLAFKE (2006), op. cit., pp. 4-13; 22-34, 80-107.

⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*, Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, pp. 27-31.

atitudes ilícitas de seus compatriotas, pouco havia conseguido de efetivo. Embora os Estados Unidos fossem os principais responsáveis pela falsificação e circulação destas moedas, não eram os únicos a fazê-lo, pois elas também entravam através da fronteira com o Uruguai⁸.

A guerra também trouxe problemas para as comunicações entre Porto Alegre e Rio Grande, além de provocar interrupções na entrada e saída de embarcações. O cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, na sua correspondência com seus superiores, relatava com frequência os prejuízos que os conflitos causavam para os negócios de seu país na província. Em 17.06.1836, o Vice-cônsul, Ralph Peacock, escrevendo de Rio Grande, informava a Washington que há dois meses não tinham qualquer comunicação com o porto da capital da província. Acrescentava que poucos navios com bandeira estadunidense haviam chegado ao porto de Rio Grande nos últimos seis meses. A última embarcação que havia conseguido chegar ali, o brique *Toucan* (de Boston), chegou a ficar retida por 20 dias sem poder retornar para os Estados Unidos. O mesmo Peacock, no dia 09.09.1837, relatava ao Secretário de Estado que “Em consequência do contínuo estado de distúrbio desta província, o comércio tornou-se muito diminuto”. Já em 25.01.1838, o então cônsul temporário, P. Barry Hayes, informava da capital que o comércio estadunidense estava totalmente suspenso na província. Além disso, nenhuma das quatro grandes casas comerciais pertencentes a negociantes dos Estados Unidos encontrava-se em atividade⁹.

Os estadunidenses residentes na província também se envolveram em outros incidentes com o governo legal. Por ser um país republicano, o Império do Brasil via os cidadãos dos Estados Unidos residentes na província rio-grandense como possíveis aliados dos “republicanos farroupilhas” em guerra contra o governo. Além disso, as autoridades da província os acusavam de suprir os revoltosos com armas e munições e com contribuições em dinheiro. No dia 16.09.1836, o Cônsul Austin Hayes relatou ao seu governo que a situação do Rio Grande do Sul havia se agravado com a retomada da capital pelas tropas imperiais, no dia 15 de junho daquele ano. Sua casa havia sido invadida no dia 17 de junho por ordem do Comandante-em-chefe da província, João de Deus Menna Barreto, e que havia sido preso dois dias depois, e assim permaneceu até que fosse liberado sob a ordem que se mantivesse sem se

⁸ FRANCO, Sérgio da Costa (org.). *Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841*, Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, 1998, documento nº 23 (2); LEITMAN (1979), op. cit., pp. 142-7. Isaac Austin Hayes era sócio majoritário da empresa mercantil denominada *Hayes, Engerer & Co*, juntamente com Patrick Barry Hayes (seu irmão), Frederic Engerer, Ralph W. Peacock e George S. Peacock. FRANCO (1998), op. cit., documento nº 62.

⁹ FRANCO (1998), op. cit., documento nº 39, 67 (2), 79 (11).

ausentar de sua residência nos dois meses seguintes. Nas correspondências posteriores, Hayes destacou os prejuízos particulares que havia sofrido “como comerciante estabelecido há anos, com extensivos negócios e gozando de crédito e confiança de todos até o dia de meu falso aprisionamento (ao qual fui inesperadamente forçado deixar)” e da companhia de comércio da qual era sócio. Por isso, pedia uma indenização de duzentos mil dólares espanhóis do governo do império, e seus representantes na província rio-grandense, para ressarcir totalmente os prejuízos sofridos Para a casa comercial, no entanto, as conseqüências do supostamente injusto aprisionamento do seu principal sócio e as dificuldades e perseguições impostas pelo governo rio-grandense foram muito graves e esta acabou falindo. Em decorrência de tais fatos, o cônsul comunicava aos seus superiores a sua decisão de se desligar do cargo que ocupava¹⁰.

Além de Austin Hayes, outros comerciantes estadunidenses foram presos e embarcações dos Estados Unidos foram retidas no porto de Rio Grande ou foram impedidas de entrarem na província, por ordem de João de Araújo Ribeiro, Presidente da Província. Quanto ao bloqueio do porto, o cônsul demissionário afirmava que navios de todas as nações eram impedidos de atracar. Depois da sua partida, seus substitutos seguiram informando ao governo estadunidense sobre a situação dos conflitos no Rio Grande do Sul, bem como sobre a diminuição gradativa dos negócios do seu país na província. Por volta do início de 1838, as quatro principais casas comerciais estadunidenses encontravam-se fechadas e o comércio dos Estados Unidos totalmente suspensos. Somente em 1839 a correspondência consular voltou informar sobre a retomada gradativa do comércio direto com os Estados Unidos, ainda que a província continuasse beligerante¹¹.

Apesar das dificuldades inerentes, a necessidade de abastecimento das tropas combatentes também representou uma oportunidade de bons negócios para os agentes mercantis estabelecidos na província. Este foi o caso do comerciante de origem portuguesa, *Antônio Luís da Costa Esteves*, que “vivia de seus negócios” em Porto Alegre. Entretanto, a oportunidade de enriquecimento não se dava de forma tranqüila devido aos conflitos entre o governo imperial e os revoltosos farroupilhas que tornava a atividade insegura. Assim, no ano de 1839, Esteves entrou com um pedido de indenização contra o chamado Governo Legal (representado pelo Procurador Fiscal), referente aos prejuízos que havia sofrido na ocasião da

¹⁰ FRANCO (1998), op. cit., documento nº 41 (9), 42, 46 (10), 61, 62.

¹¹ FRANCO (1998), op. cit., documento nº 49, 50 (5; 6), 58 (4), 76 (11), 89.

ocupação da Vila de Rio Pardo pelas tropas rebeldes, na noite de 30.04.1838¹².

Nesta data, sob o comando de Antônio de Souza Netto, Bento Manuel Ribeiro, David Canabarro e João Antonio da Silveira, os farrapos tomaram a Vila do Rio Pardo. A derrota nesta batalha foi considerada um dos maiores fracassos do Império durante toda a guerra. Estima-se que o ataque farroupilha tenha provocado cerca de 370 baixas nas tropas imperiais e as munições e cavalos dos legalistas ficaram nas mãos dos revoltosos. O Marechal Sebastião Barreto, então incumbido da defesa da vila foi levado ao Conselho de Guerra para explicar a derrota. Além das conquistas logísticas, a tomada de Rio Pardo também representou uma importante vitória estratégica. O controle do Jacuí deu aos farrapos o domínio sobre a região Campanha e reabriu os caminhos para a Laguna dos Patos (Porto Alegre, Barra do Ribeiro, Tapes Boqueirão, Pelotas, São José do Norte e Rio Grande). Assim, em maio de 1839, os farroupilhas deram início ao terceiro e último cerco à Porto Alegre, que se prolongou até o final de 1840¹³.

Em seu requerimento, Antônio Luís da Costa Esteves relatou que em 1838 encontrava-se em dificuldades financeira tendo em vista que desde a eclosão da guerra vinha tendo dificuldades em receber os pagamentos que lhe eram devidos. Informa que no mês de março daquele ano, após o término do cerco farroupilha à capital da província¹⁴, juntamente com outros comerciantes, acompanhou a “Coluna Legal da Direita” [*sic*] em direção a Rio Pardo. Via nesta, a oportunidade de realizar novas transações que ajudariam a equilibrar os seus negócios, além de ter a oportunidade de encontrar e cobrar alguns de seus devedores. No deslocamento até Rio Pardo, as embarcações do grupo de comerciantes tiveram a escolta de tropas legais, tendo em vista o “interesse que tinha o governo, de que os Povos, que se conservam fiéis a Legalidade fossem prontamente supridos do que necessitavam, e mesmo pela facilidade de suprimento á mesma Coluna”¹⁵.

Em sua empreitada, Antônio Esteves contava com o apoio do negociante Francisco de Lemos Pinto¹⁶, no qual havia encontrado “um amigo e protetor” que lhe enviava as fazendas e

¹² Antônio Luís da Costa Esteves. Protesto e Assiguação de Dez Dias. APERS, 1839, I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 138, processo nº 3711.

¹³ LEITMAN (1979), op. cit., pp. 40-1.

¹⁴ Trata-se do 2º Sítio (11.05.1837 – 30.01.1838) já que o 3º e último sítio iniciou em 11.05.1838 e se estendeu até dezembro de 1840. FRANCO (1983), op. cit., p. 29.

¹⁵ Antônio Luís da Costa Esteves. Protesto e Assiguação de Dez Dias. APERS, 1839, I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 138, processo nº 3711, fl. 2-4.

¹⁶ Francisco de Lemos Pinto era negociante de grosso trato de Porto Alegre, matriculado na Junta do Comércio desde 07.10.1815. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (ANRJ). REAL JUNTA DO COMÉRCIO,

demais mercadorias necessárias desde o momento que se instalou naquela vila às margens do Jacuí. Seus negócios corriam com sucesso quando chegou a notícia de que “os Rebeldes estavam reunindo as suas forças para atacar a Coluna legal” e prontamente procurou tomar as providências para retornar a Porto Alegre. No entanto, teria sido impedido de fazê-lo porque havia uma ordem “para não embarcar-se coisa alguma, nem sair alguém daquele ponto, tanto por não ficar a Tropa, e moradores da Vila sem serviços, como por não causar desanimo, ou desalento na tropa”. Quando os rebeldes por fim ocuparam a vila, Antônio Luís da Costa Esteves informa que foi preso pelos farroupilhas e “o seu armazém com todas as fazendas, mercadorias, e dinheiro apurado foi completamente saqueado, não escapando mais do que a roupa que tinha no corpo”, e que sua vida correu risco por ter “prestado bons serviços à Legalidade”. Sendo assim, requisitava que fosse ressarcido em seu prejuízo (cerca de 16:084\$219 réis, “afora os lucros”), uma vez que na sua avaliação seu prejuízo era responsabilidade do Governo, “que convidando, e protegendo o comércio para a ida, lhe negou depois e impediu a retirada, ao mesmo tempo que também se devera retirar a Coluna por ter forças inferiores as dos Rebeldes já então reunidos”¹⁷.

Aparentemente o comerciante teve sucesso na sua solicitação, conforme o despacho e sentença do Juiz Municipal Justiniano Jacinto da Silva, embora não tenha sido possível verificar se de fato o suplicante conseguiu receber a indenização reclamada¹⁸.

No entanto, mais importante de saber se Antônio José da Costa Esteves teve pleno sucesso em seu pleito, o caso relatado acima permite perceber que a necessidade de abastecimento das tropas poderia representar uma oportunidade de bons negócios, mas os conflitos traziam muita instabilidade e insegurança para a manutenção da atividade mercantil. Como se observa abaixo, uma das formas de aumentar a segurança das transações eram as relações de parentesco e compadrio com as lideranças dos grupos beligerantes.

Com base da correspondência ativa e passiva do Ministro da Fazenda da “República Rio-grandense”, Domingos José de Almeida, Moacyr Flores destaca os negócios que os agentes mercantis tinham com o governo revoltoso e os embaraços que os comerciantes enfrentavam devido à falta de pagamento por parte dos farroupilhas. Outra dificuldade

AGRICULTURA, FÁBRICAS E NAVEGAÇÃO. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170, v. 1, fl. 78v.

¹⁷ Antônio Luís da Costa Esteves. Protesto e Assiguação de Dez Dias. APERS, 1839, I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 138, processo nº 3711, fl. 2-4.

¹⁸ Antônio Luís da Costa Esteves. Protesto e Assiguação de Dez Dias. APERS, 1839, I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 138, processo nº 3711, fl. 38-38v.

enfrentada era o pagamento das taxas, direitos e impostos que aparentemente eram cobrados com maior eficiência pelos revoltosos do que estes saldavam as suas próprias dívidas¹⁹. Tanto nas tentativas de receber os valores devidos quanto na obtenção de isenções ou melhores condições para o pagamento dos impostos (utilização de cédulas do governo farrapo no pagamento de taxas e impostos, por exemplo), estes negociantes utilizavam-se das relações de compadrio e parentesco com as lideranças farroupilhas para terem seus pleitos atendidos²⁰.

Tais relações garantiam a primazia sobre os negócios, financiamento das transações e ajudavam na solução dos entraves burocráticos. Para demonstrar seu argumento, o autor apresenta os casos dos comerciantes João José Damasceno, Leão Próspero Chastan e Fulgêncio Chevallier (negociante francês). Destaca-se que Damasceno era “compadre” de Almeida e Chastan²¹.

Deste modo, Flores observa as relações que os três negociantes enfocados e Domingos José de Almeida mantinham entre eles. Sob a avaliação do Ministro da Fazenda farroupilha, Damasceno, Chastan e Chevallier abasteciam a “República Rio-grandense” com tecidos e alimento a crédito e emprestavam dinheiro para o pagamento de soldos de oficiais. Tendo em vista a escassez de fundos e os problemas monetários, o governo farroupilha procurava saldar das suas dívidas com os negociantes entregando novilhos capturados nas estâncias dos legalistas. Algo semelhante ocorria com os negociantes estabelecidos na Campanha que serviam de intermediários com os comerciantes de Montevideu e recebiam novilhos e couros

¹⁹ Segundo Marcia Eckert, a política tributária do governo farroupilha incidia basicamente sobre produtos de consumo e sobre a propriedade e estabeleceu alíquotas sobre a exportação de produtos para o Império do Brasil mais elevadas do que as praticadas para os países vizinhos. A dependência dos farroupilhas em relação aos vizinhos platinos, principalmente nos primeiros anos, justificava um tratamento privilegiado por parte da política tributária do seu governo. Tendo em vista as dificuldades de negociar com as áreas ocupadas pelos legalistas, era necessário recorrer aos países da região do Rio da Prata para a aquisição de bens de consumo e artigos bélicos. Além disso, a região também era o destino possível dos rebanhos farroupilhas. Embora tenha desenvolvido um sistema próprio de arrecadação, a conjuntura de guerra impedia que o governo conseguisse garantir um sistema eficaz de cobrança e fiscalização. Conseqüentemente, a tributação não era a principal fonte de arrecadação da “República Farroupilha”. Em contrapartida, as requisições, os confiscos, o corso contra o comércio imperial e os empréstimos foram fontes de recursos fundamentais para os revoltosos. MIRANDA, Marcia Eckert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)*, Porto Alegre: PPG-Economia/UFRGS, 1998 [dissertação de mestrado], pp. 72-5.

²⁰ FLORES (2002), op. cit., pp. 260-8. Em sua análise do periódico *O propagador da Indústria Rio-grandense*, Álvaro Klafke constatou que 17 dos cerca de 36 membros fundadores da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense (1832), que mantinha o periódico, exerciam atividades mercantis. Seis deles eram filhos de comerciantes que constavam do “*Almanack da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul, de Manoel Antônio de Magalhães, 1808*” que listava os agentes mercantis atuantes na capitania naquele ano. KLAFFE (2006), op. cit., pp. 23-31. De acordo com Helen Osório, cerca de 35% dos agentes mercantis presentes nesta listagem possuíam algum de parentesco entre si ou com outros negociantes. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 266.

²¹ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 296.

como pagamento. Outra alternativa utilizada era descontar do montante da dívida que o Tesouro tinha com cada comerciante o valor das taxas referentes às transações de exportação e importação de mercadorias que deveriam ser pagas a Coletoria²².

Os permanentes problemas financeiros dos farroupilhas agravaram-se nos últimos anos da guerra, quando o governo farrapo encontrava cada vez maiores dificuldades em saldar suas dívidas. Todavia, alguns dos credores do governo conseguiram receber o que lhes era devido. Este foi o caso de Antônio Francisco dos Santos Abreu, negociante e estancieiro que era sobrinho de Bento Gonçalves²³. Mais uma vez, as relações familiares e o compadrio se mostravam fundamentais para o desenvolvimento da atividade mercantil, em especial, em um período de conflito armado.

Considerações finais:

Neste texto procurei apresentar evidências que contribuíssem na análise do funcionamento do comércio durante a Guerra dos Farrapos. Percebeu-se como o conflito afetou a atividade mercantil da província. Se os estreitos laços que ligavam os negociantes do sul com os do centro do Império contribuíram para o posicionado daqueles ao lado do Império, o abastecimento dos grupos em disputa e o restante da população se apresentaram como uma oportunidade de bons negócios e atraíram os investimentos de muitos comerciantes, apesar dos riscos intrínsecos.

Como assinali no início, esta comunicação apresenta os primeiros indícios reunidos a respeito do funcionamento do comércio durante a Guerra dos Farrapos. Espera-se que com a ampliação da pesquisa documental seja possível aprimorar a análise e fornecer respostas mais precisas para as questões relacionadas ao tema.

Referências bibliográficas:

- DACANAL, José H. (org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

²² FLORES (2002), op. cit., pp. 276-7.

²³ FLORES (2002), op. cit., pp. 283-5. Abreu era matriculado na Real Junta do Comércio como negociante de grosso trato da Vila do Rio Grande desde 21.04.1823. ANRJ, Cód. 170, v. 1, fl. 195.

- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*, Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997 [tese de doutorado].
- KLAFKE, Álvaro Antônio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*, Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado].
- MIRANDA, Marcia Eckert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)*, Porto Alegre: PPG-Economia/UFRGS, 1998 [dissertação de mestrado].
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001.
- SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (Coleção Cel. Benício, vol. 24), 1963.
- VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. 6 vol., Porto Alegre: IHGRS/Governo do Estado, 1933.